

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº

(Do Sr. Audifax)

Solicita informações ao Sr. Ministro da Fazenda sobre a estimativa de renúncia de receita decorrente da aprovação do Projeto de Lei nº. 5.773, de 2009.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal e nos termos dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e em vista de atender os requisitos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF) e da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 (LDO 2012), requiro a Vossa Excelência, representante deste colegiado, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Exmo. Sr. Guido Mantega, informações acerca do Projeto de Lei nº 5.773/2009, para o qual tive a honra de ser designado relator.

A referida proposição “*Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre veículos para transporte coletivo de estudantes, quando adquiridos por Prefeituras Municipais, pelos Estados e pelo Distrito Federal, bem como por profissionais autônomos e suas cooperativas habilitados e dedicados exclusivamente ao transporte escolar*”. Atualmente, está em tramitação, sob regime de prioridade, na Comissão de Finanças e Tributação para manifestação terminativa quanto à adequação financeira e orçamentária e quanto ao mérito.

Posto que a proposta em análise acarretará renúncia de receita, faz-se necessário o envio de informações sobre as estimativas da renúncia para o exercício corrente e os dois subsequentes, respectiva memória de cálculo e sobre a não afetação da metas de resultados fiscais, conforme determinam, respectivamente, o art. 14 LRF e os arts. 88 e 89 da LDO 2012.

JUSTIFICAÇÃO

Cumpre, primeiramente, salientar que a LDO 2012, em seu artigo 88, aduz:

*As proposições legislativas, sob a forma de projetos de lei, decretos legislativos ou medidas provisórias e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa da União, **deverão estar acompanhadas de estimativas desses efeitos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, detalhando a memória de cálculo respectiva e correspondente compensação**, para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com as disposições constitucionais e legais que regem a matéria.* (grifo nosso)

Para a efetivação de tal mandamento, coube também a previsão legal de resposta às requisições atinentes à matéria, pelos Poderes, inclusive, com subsídios técnicos para efeito de adequação orçamentária e financeira e compatibilidade, conforme se segue:

1º Os Poderes e o MPU encaminharão, quando solicitados por Presidente de órgão colegiado do Poder Legislativo, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, o impacto orçamentário e financeiro relativo à proposição legislativa, na forma de estimativa da diminuição de receita ou do aumento de despesa, ou oferecerão os subsídios técnicos para realizá-la.

§ 2º

§ 3º A estimativa do impacto orçamentário-financeiro previsto neste artigo deverá ser elaborada ou homologada por órgão da União, acompanhada da respectiva memória de cálculo.

Predisposições da mesma natureza são trazidas pelo art. 89, que trata das alterações na Legislação Tributária e das Demais Receitas, da LDO 2012.

Cumpre destacar a relevância do mérito do Projeto, cujo autor é o Senado Cristovam Buarque (PLS nº 20, de 2008), que oferece uma visão ampliada da política educacional ao ensejar enquanto força motriz o transporte digno, seguro e eficiente aos escolares. Da justificativa, claramente, se apreende tal intenção:

A ideia de educação e de política educacional tem evoluído significativamente nas últimas décadas, para incluir uma série de conceitos complementares, na busca da otimização do investimento, de sua eficiência e eficácia máximas. Assim, por exemplo, quanto à merenda escolar, ao fornecimento do livro didático, da inclusão digital, da capacitação continuada dos docentes, entre tantos outros. Nessa mesma linha se insere a facilidade de acesso físico ao estabelecimento escolar, que, antes de tudo, é condição de rendimento do aprendizado, e envolve também vários outros fatores ligados à prestação, à segurança, ao custo e, muitas vezes, ao próprio fluxo de trânsito nas proximidades da escola. O problema se apresenta tanto nas grandes cidades quanto nas zonas agrícolas.

Sendo assim, em vistas das razões apresentadas, são requeridas as informações necessárias para elaboração de parecer pela adequação financeira e orçamentária do Projeto.

Sala de Sessões, de junho de 2012.

Deputado **AUDIFAX**
PSB/ES